



O PETROLEIRO



BOLETIM DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - março de 2011 - # 58 - www.sindipetrolp.org.br

ASSEMBLEIA GERAL

Nesta segunda-feira (21/03), Assembleia para deliberar por mobilização e apoio à luta da UTGCA e plataformas de Mexilhão e Merluza

Iniciada no último dia 16 de março e estendida às plataformas de Mexilhão e Merluza, a paralisação segue forte apesar das tentativas da UO-BS de enfraquecer o movimento por meio de ameaças e ações na Justiça.

Em Santos, a assembleia será às 17h30, com segunda chamada às 18h; e em São Sebastião será realizada às 17h, com segunda chamada às 17h30.

O objetivo é discutir e colocar em votação dois pontos importantes do movimento:

- Referendar a manutenção do movimento de greve na UTGCA e estendido para Mexilhão e Merluza
- Aprovar um movimento geral das demais unidades do Litoral Paulista

Petrobrás responde à greve com ameaças de demissões e punições com base na “lei”

Ameaças de demissão, represálias e punições com base na “lei” para instaurar clima de medo entre os trabalhadores. Por enquanto, essa é a resposta da Petrobrás para as reivindicações dos petroleiros e terceirizados que, desde 16 de março, cruzaram os braços na UTGCA e interromperam as atividades nas plataformas por melhores condições de segurança e de trabalho.

Para tentar enfraquecer a unidade do movimento e acabar com a greve, a UO-BS não se contentou em usar como arma medidas judiciais. Isso porque a empresa enviou aos petroleiros, inclusive àqueles em férias e até mesmo cipistas, um telegrama (leia na íntegra o documento abaixo) exigindo que se apresentem ao trabalho na unidade, afirmando em tom de ameaça que o “não atendimento desta convocação sujeitará V.Sa às penas da lei”.

Surpreende o Sindipetro-LP a afirmação, contida no telegrama, de que nos recusamos a liberar a entrada do contingente de empregados necessário para manter a operação da unidade. Pelo contrário, o Sindipetro-LP estava presentes a acompanhar a troca de turno no instante em

que fomos informados da ação judicial.

Neste sentido, fica claro que essas medidas (ação judicial e carta de convocação) são meramente políticas e visam repreender a demonstração de força e unidade dos trabalhadores. Se de fato a empresa estivesse preocupada com a segurança da população, com afirma, já teria atendido as exigências do movimento.

Afinal, o maior objetivo da greve é justamente garantir a segurança das instalações, dos trabalhadores e da população, além de um regime de trabalho que preserve a saúde dos trabalhadores e o fim dos constantes calotes aos terceirizados, que não recebem nem mesmo os 30% de periculosidade a que têm direito.

Em vez de apresentar so-

luções concretas para os problemas que culminaram na deflagração da greve, a Petrobrás tem realizado uma ofensiva contra a força de trabalho por meio de ações asseguradas – supostamente – pela lei. Supostamente, uma vez que tais telegramas foram enviados até mesmo para petroleiros em férias e cipistas.

Se até agora a empresa vinha adotando uma postura negligente e omissa, agora ela ganhou um novo adjetivo: cinismo. Enquanto diz à grande imprensa que se mantém “aberta às discussões das reivindicações dos seus trabalhadores”, nos bastidores tenta dar fim à greve através da força e de medidas repressivas. Manobras já conhecidas e que servem apenas de estímulo para que a categoria continue de braços cruzados.

